

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	8
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	9
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	10
10.5 - Políticas contábeis críticas	12
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	15
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	16
10.8 - Plano de Negócios	17
10.9 - Outros fatores com influência relevante	18

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os principais riscos que o emissor está exposto estão relacionados a eventuais rompimentos de “contratos de prestação de serviço” mantidos pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, bem como eventuais oscilações bruscas na variação cambial, custos dos insumos e preços nos mercados onde atua.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

O emissor não tem uma política de gerenciamento de riscos formal. A administração acompanha e monitora a evolução do mercado e, quando são constatadas possibilidades de riscos iminentes busca proteção adequada para evitar reflexos negativos nas suas operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Em relação ao ultimo exercício a variação cambial, as altas taxas de juros e o custo dos insumos influenciaram nos resultados do emissor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2011:

O faturamento da Companhia apresentou significativo crescimento neste ano, quando comparado com o ano de 2010, superando os 49%. Este crescimento está diretamente relacionado à retomada ocorrida ainda no ano de 2010, dos abates de frango, realizados na unidade de Passo Fundo (RS), cujo volume de faturamento, quando comparado com o ano de 2010, é superior em sete vezes. Outro fator que deve ser salientado é o crescimento ocorrido nas vendas de embutidos/industrializados de carnes, que obteve um crescimento em faturamento da ordem de 32%, e em volume vendido de 24%.

Com o crescimento da participação da produção de embutidos/industrializados, bem como com a retomada dos abates próprios de aves, a composição da receita de sua Controlada – Companhia Minuano de Alimentos sofreu uma sensível mudança em sua composição, aonde a produção e comercialização de produtos com marca própria representam 64% de toda a receita, ficando a prestação de serviços a terceiros com 36% de participação. No ano de 2010, tais participações foram de 49% e 51% respectivamente.

A Receita Líquida obtida no ano de 2011 sofreu um incremento da ordem de 52%, quando comparada ao ano de 2010. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 181MM, sendo que no ano de 2010, este valor fora de R\$ 119MM. Este crescimento, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionado diretamente à retomada dos abates próprios. Os custos de produção, e o resultado bruto, mantiveram-se nos mesmos níveis percentuais quando comparado a 2010.

As despesas com vendas representam 8,52% sobre a receita líquida (em 2010 foram de 6,1%), devido o aumento das exportações no período, com maior incidência do frete marítimo. Já as despesas administrativas correspondem a 6,98% sobre a receita líquida (2010 foram de 14,7%). A redução percentual se justifica pela estabilização do custo administrativo e aumento da receita.

Resultado Líquido antes dos Impostos

O resultado líquido, antes dos impostos, foi de (R\$15.534M). Quando compara com o ano de 2010 (R\$ 21.299M), houve uma geração positiva de resultados na ordem de R\$ 5.765M. Esta melhoria está relacionada a melhor gestão dos gastos da Companhia e da Controlada.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) Hipótese de resgate

Não há previsão relativa à possibilidade de resgate das ações do emissor.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Prejudicado em virtude da inexistência da possibilidade de resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Minupar Participações apurou um EBITDA negativo, da ordem de R\$ 11.252MM. Apesar deste resultado negativo, as linhas de crédito disponibilizadas durante o ano de 2011 (que estão apresentadas no item “f”), bem como a nova capitalização ocorrida no decorrer do ano de 2011, trouxeram para a Companhia, e suas Controladas, a manutenção da sua capacidade de pagamento dos compromissos assumidos seja com fornecedores, seja com as instituições financeiras.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos circulantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

ACCs e limites de créditos bancários.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão indicados no item seguinte.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições

31/12/2011

Descrição	Ref.	Encargos	Vencimento	Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	mar/12	4.182	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/12	2.747	-
Banco Topazio S/A - Giro	a)	CDI+2,15%a.m.	out/12	1.856	-
Bicbanco S/A - Giro	a)	CDI+1,30%a.m.	ago/12	2.358	-
Banco Sofisa S/A - Giro	b)	CDI+1,1% a.m.	dez/12	2.317	1.051
Acordos Bancários	d)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	565	5.082
Arrendamento Mercantil		-	jul/13	70	147
Banrisul - Consórcio		-	-	32	-
Badesul S/A - Reaver	c)	TJLP+6,5% a.a.	mai/05	10.067	-
Limites de Crédito		-	-	2.523	-
Totais				26.717	6.280

Legenda:

- a) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;
- b) Operação com garantia de duplicatas e imóvel particular de sócios dirigentes;
- c) A operação Reaver (Caixa/RS) encontra-se vencida e sobre ela incide juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores. A Companhia vem envidando esforços para a repactuação do saldo devedor.
- d) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0. O acordo firmado trouxe uma redução no passivo repactuado na ordem de R\$ 4.581 mil, ficando o saldo devedor restante renegociado para pagamento até o ano de 2021.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há restrições impostas ao emissor em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de financiamentos do emissor não estão totalmente utilizados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não correram alterações significativas nos itens que compõem as demonstrações financeiras nos últimos três exercícios (2009, 2010 e 2011).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Resultados das operações do emissor:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

No ultimo exercício, a composição do faturamento da Companhia sofreu sensível alteração. Com a retomada plena dos abates de frango, realizados na unidade de Passo Fundo (RS), o início em dezembro de 2011 do serviço de abate próprio em Frigorífico terceirizado, e o crescimento ocorrido nas vendas de embutidos/industrializados de carnes, que obteve um crescimento em faturamento da ordem de 32%, e em volume vendido de 24% quando comparados com o exercício de 2010, a produção e comercialização de produtos com marca própria representam 64% de toda a receita do ano de 2011, ficando a prestação de serviços a terceiros com 36% de participação. No ano de 2010, tais participações foram de 49% e 51% respectivamente.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não ocorreram fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais nos últimos três exercícios.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não ocorreram variações significativas nas receitas atribuídas por mudanças de preço, taxa de câmbio, inflação, volumes ou mesmo outros fatores nos três últimos exercícios.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (valores expressos em milhares de reais)

Contas	2011	2010	2009
Receita Bruta Consolidada sem eliminações	195.440	130.789	134.855
Receita Líquida Consolidada	181.852	119.347	122.643
Lucro Bruto Consolidado	12.985	9.399	20.839
Resultado Operacional Consolidado	(6.750)	(6.031)	(180.269)
Prejuízo Líquido do Exercício	(12.550)	(30.362)	(54.328)
EBITDA Consolidado	(11.252)	(16.684)	10.966
Prejuízo por Ação	(0,02470)	(0,07470)	(0,54120)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não há ocorrência de eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia são sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas já existentes ainda não estão em vigor e, também, não foram adotadas antecipadamente. No entanto, a Administração não espera que a adoção destes possa provocar mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

- a) Alterações ao IFRS 7 – Instrumentos financeiros – Divulgação;
- b) Alterações ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro;
- c) Alterações ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas;
- d) Alterações ao IAS 28 - Investimentos em associadas;
- e) Alterações ao IAS 1 – apresentação das demonstrações financeiras;
- f) Alterações ao IAS 19 – benefícios a empregados;
- g) IFRS 10 – demonstrações financeiras consolidadas;
- h) IFRS 11 – acordos em conjunto;
- i) IFRS 12 – divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias empreendimentos em controle conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas
- j) IFRS 13 – mensuração de valor justo;
- k) IFRIC 20 – Custos relacionados a extração mineral;

b. Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Não houveram alterações, no ano de 2011, nas práticas contábeis da companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No parecer das Demonstrações Contábeis de 2011, há uma ênfase, com ressalva no tocante a uma divergência entre o valor apurado pela controlada Companhia Minuano de Alimentos teve consolidado o parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, e os valores apurados pela Receita Federal do Brasil quando da Consolidação do Parcelamento da Lei 11.941/2009. Este valor é de aproximadamente R\$ 57.000 mil, em relação aos registros contábeis da controlada, atualizados para 31/12/2011. Porém a Auditoria Externa salienta que, diante do Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19/05/2011, a Receita Federal do Brasil revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009, determinando a adoção de providências para apuração do respectivo benefício fiscal. Menciona também que a controlada requereu o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo, bem como o reconhecimento de compensações de débitos fiscais efetuadas anteriormente. Desta forma a Auditoria Externa salienta que a exata mensuração dos valores do citado parcelamento, depende dos efeitos decorrentes do contido no citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 e no Requerimento da Controlada. Também é citado que nas demonstrações contábeis individuais, os efeitos de eventuais ajustes na controladora seriam refletidos nos grupos de investimentos (Ativo), Equivalência Patrimonial (Resultado do Exercício) e Patrimônio Líquido, através da remensuração da participação da controladora com base no método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis consolidadas os efeitos de eventuais ajustes na seriam refletidos em Impostos,

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Taxas e Contribuições (Passivo Circulante e Não Circulante) e Despesas/Receitas Operacionais e Financeiras (Resultado do Exercício).

Também é citado pela Auditoria Externa o registro, mantido no Ativo Não Circulante, pela controlada Companhia Minuano de Alimento, no montante de R\$ 37.364 mil, referente a crédito tributário decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI (crédito prêmio exportação). Discorreu a Auditoria em seu parecer sobre os seguintes fatos: a) apesar do direito ao crédito já ter sido reconhecido formalmente pelo fisco, em 04/09/2009 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o PARECER/DRF/SCS/RS/Saort nº126/2009 revogando o Pedido de Habilitação do Crédito. É destacado pela Auditoria Externa que os assessores jurídicos entendem que a sentença transitada em julgado e as correspondentes legislações vigentes asseguram o direito líquido e certo da Companhia de usufruir o benefício fiscal; b) Menciona a Auditoria que a Controlada utilizou parcela do referido crédito tributário no pagamento integral, mediante compensação, de débitos tributários de R\$ 25.386. Cita que a Controlada, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, impetrou ação judicial e administrativa visando garantir o direito a compensação dos referidos tributos; c) Indica que em 19/05/2011 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19 de maio de 2011, através do qual revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009 e determinou a adoção de providências para apuração do respectivo benefício fiscal, o que levou a controlada a requerer o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo. Ao final menciona a Auditoria que as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência do citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 e da solicitação de restabelecimento da habilitação do crédito tributário. Para finalizar cita a Auditoria que em 2009, a Companhia e suas controladas optaram em incluir parte do passivo tributário no parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/09, também indicando que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Para finalizar, comenta que as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal.

Para finalizar é ressaltado pela Auditoria Externa que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2011 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção do parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009 e Medida Provisória 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/09. Cita ao final que as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes a:

- 1) Provisões de natureza trabalhista,
- 2) Provisão para contingências,
- 3) Provisão para devedores duvidosos,
- 4) Provisões operacionais e outras avaliações similares (quando aplicável);
- 5) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*);

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa contemplam numerários em caixa, saldos de contas correntes bancárias e aplicações de liquidez imediata.

b) Contas a Receber

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência e são representadas pelas faturas emitidas com base em valores nominais. As contas a receber do mercado externo estão atualizadas pelas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

A Administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a receber são inerentes às condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

c) Provisão para Riscos de Crédito

A provisão para riscos de crédito foi constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

d) Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e o preço de mercado ou valor líquido de realização.

e) Outros Ativos Circulante e Não Circulante

Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias.

f) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas estão avaliados de acordo com o método de equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional. Para os investimentos em controladas que apresentam o passivo a descoberto, foi constituída a respectiva provisão para perda registrada no passivo. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas estimadas na realização destes ativos, quando aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

g) Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, acrescido de reavaliação espontânea, corrigido monetariamente até dezembro de 1995 e ajustado pelas depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou construção e reavaliação, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens. As aves reprodutoras são registradas pelo seu custo de formação, que inclui o custo das matrizes, ração, medicamentos e mão-de-obra. Estes custos são acumulados por aproximadamente seis meses até o início do ciclo reprodutivo. A partir deste momento os custos das aves passam a ser amortizados linearmente. O ciclo reprodutivo situa-se em torno de quatorze meses.

A Companhia decidiu manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação, constituídas antes da vigência da Lei nº 11.638/07, até sua efetiva realização.

Em atendimento ao que determina o CPC 27, a Companhia contratou empresa especializada e procedeu, no exercício de 2009, a revisão e ajuste da vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação de seus parques fabris.

h) Intangível

O ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos de marcas e patentes, softwares e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil estimada de cinco anos. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

i) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e contribuição social.

k) Outros Passivos Circulante e Não Circulante

Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

l) Ativos e Passivos Contingentes

Os Ativos Contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas mencionados em nota explicativa.

Os Passivos Contingentes são provisionados quando há possibilidade de perdas prováveis e os montantes envolvidos mensuráveis com segurança. As perdas consideradas possíveis são apenas mencionadas em nota explicativa e as perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

m) Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

O Patrimônio Líquido Negativo está substituído pela expressão "Passivo a Descoberto" e está demonstrado de acordo com a Deliberação CVM nº 488/2005.

n) Estimativas Contábeis

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia utilizou estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

o) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos, circulantes e não circulantes, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

p) Ajuste a Valor Presente

A Companhia concluiu não ser aplicável o ajuste a valor presente para os elementos do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, conforme dispõe o CPC 12 (Deliberação CVM nº 564/08), uma vez que os ativos e passivos de longo prazo não são passíveis de ajuste, bem como os efeitos de curto prazo não são relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Com base nas melhores práticas, a Companhia, busca manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa. Os fluxos de processos e sistemas da Organização são frequentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

Nas verificações por amostragem realizadas pela Auditoria Externa, não é mencionado quaisquer falhas nos sistemas de Controle.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não há apontamentos de deficiências e recomendações no relatório do auditor.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários no último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.